



POLÍTICAS EDUCACIONAIS COMO DIREITO SOCIAL NO ESTADO CONSTITUCIONAL

Resumo

**José Osório do Nascimento Neto
Naislan Celeste Pires do Nascimento**

Partindo-se do pressuposto de que a educação consiste num direito social e de que o termo “política pública” pode ser tratado como um instrumento jurídico capaz de contribuir com as diversas formas de tutela estatal, este resumo tem por objeto o levantamento singelo de breves traços metodológicos que podem interferir no processo virtual de aprendizagem discente, bem como na verificação avaliativa da educação no âmbito acadêmico. O objetivo deste estudo é analisar, de forma descriptivo-interpretativa, o cotidiano que envolve a prática docente virtual e seus pressupostos, em especial, sobre as variáveis que podem refletir nas tarefas propostas em sala de aula, tais como: habilidades afetivas; habilidades cognitivas; interação dos participantes; comunicação entre professores e alunos; e, expectativas do professor quanto à inteligência dos alunos. Esta análise crítica, fundamentada por uma breve aproximação entre teoria e prática, justifica-se pela necessidade do avanço do conhecimento científico no ambiente de estudo metodológico para avaliação de políticas públicas educacionais como forma de tutela estatal. Em tempos de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, ignorar a realidade do ambiente virtual de aprendizagem como mecanismo do avanço do conhecimento científico pode ser mais equivocado do que simplesmente reduzi-la à impossibilidade de se conectar ao mundo. Afinal, já é uma realidade! Além disso, é importante repetir: não se trata de uma defesa pró-ensino a distância para graduação e/ou pós-graduação nestas breves páginas. Trata-se da percepção de que o cotidiano, que envolve a prática docente na Educação, tem conexões plenas entre o ambiente virtual de aprendizagem e a sala de aula presencial. Isso significa dizer que o estudo dos requisitos da aprendizagem permite perceber que, entre outros fatores, a inteligência (traduzidas pelas suas várias formas), as habilidades afetivas, as habilidades cognitivas, a comunicação entre professores e alunos, bem como a interação entre todos os participantes são variáveis importantes a serem trabalhadas diante do cotidiano que envolve a prática docente no ambiente virtual de aprendizagem. É exatamente aqui que se nota a necessidade do avanço do conhecimento científico no ambiente de estudo metodológico para avaliação de políticas públicas educacionais como forma de tutela estatal.

Palavras-chave: metodologia; avaliação de política pública; educação; direito social; tutela estatal